

AGROECOLOGIA E TERRITORIALIDADE INDÍGENA: PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO SOCIOTERRITORIAL NA TERRA INDÍGENA SERRINHA (RS)

Solange Refe Loureiro¹

Márcio Freitas Eduardo²

Matheus Hans Müller³

Eluando Tonatto Mariano⁴

Palabras-chave: Práticas tradicionais; Povo Kaingang; Sistemas Territoriais Agroecológicos; Soberania Alimentar.

INTRODUÇÃO

A questão indígena no Rio Grande do Sul carrega uma longa história de apagamento, violência e perda territorial. Durante décadas, a narrativa oficial do estado priorizou a ocupação europeia, relegando os povos originários a um papel secundário ou tratando-os como grupos extintos (Braga, 2015). O povo Kaingang, no entanto, mantém presença histórica no planalto sul-brasileiro anterior à própria formação do Estado nacional (Domingos; Fernandes, 2022). Para essa população, o território não se resume a uma mercadoria: está ligado à memória, à ancestralidade e às formas coletivas de vida construídas ao longo de gerações, ideia sintetizada no conceito de Ëg jámã, "nossa terra".

Atualmente, a comunidade enfrenta dependência do arrendamento de terras, prática que subordina o território e o trabalho indígena às exigências do agronegócio e

¹ Mestranda em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, loureirosolange13@gmail.com.

² Dr. em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, marcio.eduardo@uffs.edu.br.

³ Graduando em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, matheushansmuller@gmail.com.

⁴ Doutorando em Ciência e Tecnologia Ambiental, Universidade Federal da Fronteira Sul, eluandomariano21@gmail.com.

ameaça a soberania alimentar local (Domingos; Fernandes, 2022). Nesse contexto, tem início, em 2026, um processo ainda incipiente de transição agroecológica na T.I. Serrinha, acompanhado ao longo desta pesquisa a partir do pressuposto de que pode funcionar como estratégia de resistência e reexistência, reconectando saberes ancestrais à busca por autonomia territorial. Diante disso, a pesquisa busca compreender em que medida essa transição contribui para os processos de resistência e reconstrução socioterritorial na T.I. Serrinha, e tem como objetivo geral analisá-los, investigando a contribuição da transição agroecológica em curso para o fortalecimento da autonomia territorial e alimentar do povo Kaingang frente ao modelo agroalimentar hegemônico e à dependência do arrendamento de terras ao agronegócio.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa parte de uma concepção de território como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, no qual as disputas sociais e as relações de poder conferem sentido ao espaço geográfico (Santos, 1996). No contexto indígena, o território ultrapassa sua dimensão física e se constitui também como espaço de memória, espiritualidade e pertencimento coletivo (Santos, 1996; Silva et al., 2022). Para compreender os movimentos de expulsão e retorno da comunidade Kaingang, o estudo recorre à abordagem de Haesbaert (2004) sobre desterritorialização e reterritorialização, e ao conceito de colonialidade do poder, de Quijano (2005), que explica a permanência de estruturas coloniais nas relações territoriais contemporâneas.

Do ponto de vista da agroecologia, a pesquisa utiliza a proposta dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs), que compreendem a agroecologia não como técnica isolada de produção, mas como processo de construção territorial, fortalecimento comunitário e organização coletiva (Finatto; Eduardo, 2021; 2023). Os SiTAs resultam da articulação entre diferentes atores sociais, formando redes de apoio voltadas à produção agroecológica e à construção de mercados territorializados (Finatto; Eduardo, 2021; Eduardo; Candiottto, 2024). Essa leitura dialoga com a agroecologia como campo multidimensional, que articula aspectos agronômicos, ecológicos, sociais, culturais e econômicos (Candiottto, 2020).

O papel das políticas públicas também compõe a fundamentação do trabalho. Historicamente, parte das políticas agrícolas brasileiras privilegiou o agronegócio em

detrimento da agricultura familiar, camponesa e indígena (Grisa, 2021). Ainda assim, instrumentos como o Decreto nº 6.040/2007, que reconhece os povos e comunidades tradicionais e a importância do território para sua reprodução cultural, social e econômica (Brasil, 2007), abrem caminhos institucionais que a pesquisa pretende examinar, avaliando potencial e limites na realidade da Terra Indígena Serrinha.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, em duas frentes complementares. A primeira, já em andamento, consiste no levantamento bibliográfico, que vem qualificando a linha do tempo dos processos de expropriação e retomada territorial e mapeando as entidades parceiras da comunidade. A segunda, em fase de planejamento, compreende o trabalho de campo, com entrevistas semiestruturadas junto a lideranças indígenas, agricultores e demais sujeitos envolvidos na prática agroecológica ainda embrionária na T. I. Serrinha, conduzidas em diálogo com a comunidade e respeitando seus protocolos próprios. A análise será orientada por quatro dimensões articuladas: (a) tempo, voltada à reconstituição dos processos de expropriação e retomada territorial; (b) território, enfocando seus usos, práticas e significados; (c) construção territorial, examinando ações coletivas e redes de articulação na formação de SiTAs; e (d) políticas públicas, avaliando o alcance e os limites de instrumentos como o Decreto nº 6.040/2007 na realidade da T. I. Serrinha. Essas dimensões serão trabalhadas de forma integrada, articulando os relatos das entrevistas ao material bibliográfico e documental sistematizado.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

Por se tratar de pesquisa em andamento, os resultados aqui apresentados referem-se aos avanços obtidos na fase inicial e às contribuições esperadas até a conclusão. No plano teórico, a revisão bibliográfica consolidou um quadro conceitual consistente, articulando as leituras territoriais de Milton Santos e Haesbaert à proposta dos SiTAs e permitindo situar a experiência Kaingang sem reduzir a agroecologia a uma técnica de manejo.

O mapeamento preliminar da ECOTERRA e de núcleos universitários revela uma rede de apoio ainda em formação, com vínculos institucionais instáveis, reforçando a necessidade de uma metodologia sensível ao tempo da comunidade. Essa dinâmica

dialoga com a proposta dos SiTAs (Finatto; Eduardo, 2021), que pressupõem a articulação entre diferentes atores, e com a leitura de Haesbaert (2004) sobre a reterritorialização como processo não linear. Entre as dificuldades enfrentadas, destacam-se o acesso à documentação histórica da FUNAI, dispersa ou de difícil consulta, e o planejamento da etapa de campo de forma ética e participativa, alinhada aos interesses da comunidade.

Espera-se, como contribuição central, sistematizar a aplicação dos SiTAs a um contexto indígena, dando visibilidade às práticas de resistência e reexistência Kaingang, subsidiando uma avaliação mais criteriosa dos alcances e limites das políticas públicas voltadas à agroecologia e aos povos tradicionais, além de fortalecer a articulação entre a comunidade indígena e as instituições parceiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

Essa consolidação teórico-conceitual constitui avanço direto para a análise dos processos de resistência e reconstrução socioterritorial desenvolvidos pelo povo Kaingang na T.I. Serrinha. Os achados preliminares, especialmente o mapeamento da rede de entidades parceiras e as dificuldades de acesso à documentação histórica, permitem identificar desafios institucionais que atravessam a construção da autonomia territorial e evidenciam a transição agroecológica como processo não linear, marcado pelas tensões que historicamente permeiam as relações entre o povo Kaingang e o Estado.

A etapa de campo será fundamental para aprofundar essas aproximações, buscando compreender, a partir da escuta de lideranças indígenas, agricultores e demais sujeitos envolvidos, em que medida os SiTAs contribuem para o resgate de saberes ancestrais e o fortalecimento da autonomia territorial e alimentar.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Danilo. **A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/181454>. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 18 maio 2026.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Agroecologia: conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v2i2.26583>. Acesso em: 16 maio 2026.

DOMINGOS, Angelica; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Territórios e territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re)existência dos povos Kaingang. **Espaço Ameríndio**, v. 16, n. 2, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/129011>. Acesso em: 16 maio 2026.

EDUARDO, Márcio Freitas; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. A construção socioterritorial de mercados: apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v6i2.34606>. Acesso em: 16 maio 2026.

FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. Sistema Territorial Agroecológico (SiTA): uma proposta teórico-metodológica para a análise e a construção da agroecologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v41.62449>. Acesso em: 16 maio 2026.

FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. O desenvolvimento territorial produzido e apreendido por meio dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 44, n. 145, 2023. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1302>. Acesso em: 15 maio 2026.

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-3>. Acesso em: 16 maio 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Clécio Azevedo da et al (Orgs.). **Jornada de agroecologia: políticas, ações e movimentos**. Florianópolis: Estúdio Sempre, 2022.